



Álvaro Tukano participa de audiência na Comissão de Direitos Humanos

História dos índios deve ser ensinada na escola pública

A formação de professores, a produção de material didático e a participação de lideranças indígenas no processo foram citadas ontem como instrumentos para viabilizar o ensino da cultura indígena na rede escolar oficial. Quatro debatedores participaram de audiência que discutiu a questão na Comissão de Direitos Humanos. **3**

Nova lei garante mais recursos para educação

O Congresso promulgou a emenda que diminui gradualmente o corte dos recursos orçamentários da educação. Só neste ano, o setor terá mais R\$ 4 bilhões; no ano que vem, serão mais R\$ 8 bilhões com a redução da Desvinculação de Receitas da União (DRU), que deixa de ser cobrada em 2011. Outras duas emendas também foram promulgadas. **3**



Autora da proposta, Ideli Salvatti discursa na sessão do Congresso Nacional; a seu lado, Fernando Haddad, José Sarney, Michel Temer e Rogério Marinho



José Agripino (E), Antonio Carlos Júnior, Demostenes Torres e Lobão Filho participam da reunião da Comissão de Justiça

Preso poderá ter que cumprir um terço da pena para mudar de regime

A Comissão de Constituição e Justiça concluiu ontem a votação de projeto que altera as regras para a concessão do benefício de progressão de penas. Para se beneficiar, por exemplo, do regime semiaberto ou da liberdade condicional, o preso terá que cumprir pelo menos um terço da pena. O projeto, que deve seguir para a Câmara dos Deputados, institui a exigência de exame criminológico e de monitoramento eletrônico para os condenados por crimes hediondos. **4 e 5**

Redução de jornada pode ser votada logo

O presidente do Senado, José Sarney, prometeu ontem a parlamentares e sindicalistas todo esforço para acelerar a votação da proposta de emenda constitucional que reduz de 44 para 40 horas semanais o limite da jornada de trabalho. Manifestantes pediram, em frente ao Congresso, a aprovação da proposta, que se encontra na Câmara dos Deputados. **8**



Manifestantes pedem a aprovação da proposta, que desestimula o pagamento de horas extras para os trabalhadores

Apagão elétrico gera debate no Plenário

Senadores da oposição cobraram explicações do Executivo para o blecaute que atingiu 18 estados na noite de terça-feira, enquanto parlamentares da base governista enfatizaram os investimentos para dotar o sistema de distribuição de energia do máximo de confiabilidade. O apagão foi o assunto mais debatido ontem pelos senadores em Plenário. **6 e 7**

Plenário aprova projeto que cria alternativa para apurar ano a ano, e não com base na receita projetada para 2027, o comprometimento com a dívida consolidada dos estados

Estados terão opção para cálculo de endividamento

O SENADO FEDERAL aprovou ontem, em caráter de urgência, projeto de resolução da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que cria um critério alternativo para o cálculo do comprometimento anual com amortizações, juros e demais encargos da dívida consolidada dos estados. De acordo com o projeto (PRS 73/09), o cálculo passará a ser feito pela média anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada ano a ano.

Atualmente, o limite anual para as amortizações, juros e encargos é calculado pela média anual da relação entre o comprometimento previsto e a receita corrente líquida projetada, sendo tal cálculo sempre vinculado ao exercício de 2027, ano em que termina o rolamento de dívidas dos estados com a União.

No entanto, se, por um lado, esse limite sacrifica estados em situação de maior endividamen-



Mudança aprovada pelos senadores beneficia estados em boa situação fiscal

to, como o Rio Grande do Sul ou Alagoas, ele impõe amarras desnecessárias a outros estados cuja situação fiscal é mais confortável. Tais estados apresentam uma trajetória decrescente do serviço da dívida mais acentuada, mesmo que ela ultrapasse o exercício de 2027.

Assim, conforme o projeto, estados cuja dívida diminuir no período não terão seu limite de endividamento prejudicado. Ao alterar o cálculo do limite de

comprometimento considerando-se a receita corrente líquida projetada ano a ano, o projeto de resolução aprovado procura corrigir essas distorções dando aos estados a possibilidade de optar por duas alternativas: todos os exercícios financeiros em que houver pagamentos previstos da operação pretendida ou os exercícios financeiros em que houver pagamentos até 31 de dezembro de 2027.

A matéria vai à promulgação.

Paim denuncia precariedade de Santa Casa no RS

Paulo Paim (PT-RS) chamou atenção em Plenário para a falta de recursos para a Santa Casa de Misericórdia de Sant'Ana do Livramento, na fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai. De acordo com o parlamentar, "a situação é quase desesperadora".

– Há falta de estrutura para o atendimento de pacientes e a extensa jornada de trabalho dos médicos assusta a todos. Alguns, por exemplo, estão trabalhando 60 horas sem descanso. Por mais que os médicos se esforcem, não conseguem atender a todos como gostaríamos – disse.

O senador informou que o prefeito de Sant'Ana do Livramento, Wainer Machado, se reuniu esta semana com o secretário estadual de Saúde, Osmar Terra, em busca de alternativas para manter a Santa Casa em funcionamento.

Paim também cumprimentou os cerca de 20 mil trabalhadores que realizaram ontem em Brasília a Sexta Marcha da Classe Trabalhadora. O objetivo da mobilização é lutar pela redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas. O movimento também pleiteia o fim do fator previdenciário. Ambas as propostas são endossadas pelo senador.



Paim também saudou a Sexta Marcha da Classe Trabalhadora a Brasília

Flávio Torres se despede do Senado

Ao se despedir do Senado, depois de representar por quase quatro meses o estado do Ceará, no lugar da senadora Patrícia Saboya (PDT), Flávio Torres (PDT) comunicou a apresentação de projeto que proíbe os prefeitos e os governadores de mandarem pintar nos carros oficiais e nos prédios públicos os símbolos ou *slogans* da administração, prática que ele considera propaganda política. Só serão permitidos os símbolos oficiais da prefeitura ou do estado.

Flávio Torres também relatou ao Plenário viagem que fez no fim de semana a Natal, onde conheceu o Instituto Internacional de Neurociências, concebido e liderado pelo cientista paulista Miguel Nicolelis. Flávio Torres, formado em Física pela Universidade de Oxford, na Inglaterra, disse que Nicolelis é o brasileiro com maior chance de ser agraciado com um Prêmio Nobel.

Em apartes, Mão Santa (PSC-PI), Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), João Pedro (PT-AM), Tasso Jereissati (PSDB-CE), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Cristovam Buarque (PDT-DF), Mário Couto (PSDB-PA) e Renato Casagrande (PSB-ES) enaltecem o trabalho de Flávio Torres no Senado.



Torres: projeto para coibir propaganda de governos em carros oficiais

Cavalcanti pede renegociação de dívida de produtor

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) defendeu ontem a renegociação dos financiamentos dos produtores rurais e, particularmente, dos pequenos agricultores da Paraíba, "que se veem às voltas com pesadas dívidas junto ao sistema bancário e aos programas creditícios governamentais".

– Essas dívidas já viraram uma novela, uma triste rotina – afirmou o parlamentar.

Segundo ele, o governo federal deveria impedir a execução de leilões de propriedade, o que, conforme ele mesmo ressaltou, "é um compromisso já assumido pelo presidente da República; estudar a possibilidade de suspender a proibição de novos empréstimos ou a rolagem de dívidas para os produtores inscritos no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (Cadin); e promover a renegociação dos débitos e "os necessários ajustes" nas linhas de financiamento.

O senador disse que "se o endividamento dessa massa de trabalhadores honestos e dedicados não parar de crescer é porque há alguma coisa de muito errada no desenho do sistema creditício".



Roberto Cavalcanti defende o fim do leilão de pequenas propriedades

Senado explica, em nota, ato que autorizou bônus a servidor

Acerca de reportagem publicada ontem pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a Secretaria de Comunicação do Senado divulgou nota explicando que foi dada publicidade ao ato que concedeu o aumento da remuneração dos cargos de chefia.

Eis a íntegra da nota:

"Em relação à matéria publicada hoje (11/11/09) pelo jornal *O Estado de São Paulo*, sob o título 'Senado esconde ato secreto que autorizou bônus a servidores', página A4, a Secretaria Especial de Comunicação Social do Senado Federal presta os seguintes esclarecimentos:

1) Em 1º de outubro de 2003, um dia após reunião da Mesa diretora, a Diretoria-Geral do Senado Federal autuou o processo e o enviou à Secretaria de Recursos Humanos para as devidas providências. O processo foi encaminhado à Advocacia-Geral

do Senado, que deu parecer favorável à decisão. Logo após voltar à SRH, o processo seguiu ao setor de pagamento. Portanto, a decisão assumiu caráter público, em consonância com os trâmites legais;

2) A referida decisão da Mesa diretora foi convalidada pela Resolução 1, de 2005, aprovada pelo Plenário da Casa;

3) A decisão em pauta, em nenhum momento, se revestiu de caráter sigiloso. Em seus efeitos, foi auditada e aprovada em diversos exercícios fiscais pelo Tribunal de Contas da União. Está, portanto, plenamente contida nas competências constitucionais e administrativas do Senado Federal;

4) A decisão da Mesa diretora do Senado Federal, em vigor, guarda semelhança com norma adotada, por exemplo, pela Câmara dos Deputados".

Processo legislativo poderá adotar assinatura digital

A possibilidade de assinatura digital nas iniciativas legislativas é a principal novidade do Plano de Tecnologia da Informação que vem sendo discutido pela Secretaria-Geral da Mesa do Senado (SGM) e o Prodasen. A ideia é implantar a chamada "e-proposição", que dispensará a coleta de assinaturas convencionais, a partir de um processo tecnológico de autenticação.

Além de garantir segurança e confiabilidade, a iniciativa diminuirá consideravelmente o uso de papel e agilizará a divulgação das propostas legislativas.

Segundo a secretária-geral da Mesa, Claudia Lyra, o Senado



Claudia Lyra: iniciativa garante segurança e reduz uso de papel

está empenhado em alcançar a meta estipulada pelo Centro Global para Tecnologia de Informação e Comunicação no Parlamento (E-Parliament).

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

120 anos da Proclamação da República

Às 14h, tem início a sessão deliberativa. Na hora do expediente, o Plenário comemora os 120 anos da Proclamação da República. A pauta está trancada pelo Projeto de Lei de Conversão 17/09 (MP 468/09), sobre transferência de depósitos judiciais e extrajudiciais de tributos para a Caixa.

Doação de recursos para Moçambique

Às 10h, a Comissão de Relações Exteriores (CRE) analisa indicação de embaixador para Estados Unidos e doação a Moçambique.

Segurança Pública define pauta

A Subcomissão de Segurança Pública, às 10h, define a pauta de audiências e escolhe sub-relatores para o plano de trabalho.

CMO tem reunião deliberativa

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) promove, às 10h, reunião deliberativa no Plenário 2 da Câmara.

Comissões celebram Dia Mundial pela Paz

As comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), Agricultura (CRA), Educação (CE), Infraestrutura (CI), Meio Ambiente (CMA) e Relações Exteriores (CRE) comemoram, às 9h, o Dia Mundial da Ciência pela Paz e pelo Desenvolvimento, estabelecido pelas Nações Unidas.

Jonas Pereira



Carbonari (E), Paulo Cardim, Maria Paula, Marisa, Gabriel Mário e Salim Cury

Alerta: Brasil poderá enfrentar "apagão" na formação de jovens

A necessidade de formação de centenas de milhares de jovens para o mercado de trabalho ao longo dos próximos anos, com a previsão de retomada do crescimento econômico, foi ressaltada por diversos participantes do seminário O Papel da Iniciativa Privada no Ensino Superior: Realidade e Desafios para o Futuro, promovido ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

A indústria do petróleo estará entre as que mais precisará de jovens, segundo a professora Maria Helena de Castro, presidente do Conselho Superior de Responsabilidade Social da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Apenas para a exploração do petróleo da camada pré-sal, informou, serão criados mais de 225 mil empregos "bem qualificados". Outros milhares de empregos serão gerados na preparação da Copa do Mundo e das Olimpíadas.

O diretor-presidente do grupo Anhanguera Educacional, Antonio Carbonari Netto, também alertou para a carência de profissionais no futuro próximo. Em sua opinião, o percentual de 13% de jovens que se encontram atualmente na educação superior pode ser considerado "abaixo da linha de segurança nacional".

– Um apagão na formação será inevitável já em 2012.

Ao abrir o seminário, Marisa Serrano (PSDB-MS) lembrou que, pela primeira vez, as instituições de ensino superior privado eram convidadas a falar sobre a sua participação no desenvolvimento do país. O papel dessas instituições também

foi ressaltado pelos senadores Flávio Arns (PSDB-PR) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que foram os moderadores dos painéis realizados pela manhã.

A secretária de Educação Superior do Ministério da Educação, Maria Paula Dallari Bucci, reconheceu que três quartos das matrículas do ensino superior encontram-se atualmente no setor privado. Ela considerou a diversidade das instituições – públicas e privadas – um "valor a ser preservado" e lembrou que, por meio do ProUni, conseguiram ter acesso ao ensino superior 500 mil jovens "aguerridos e sem preguiça, que agarram as oportunidades".

Mesmo assim, como observaram diversos palestrantes, ainda permanecem dúvidas sobre a qualidade do ensino oferecido por instituições privadas. Ao responder a essas dúvidas, o diretor-executivo do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior do Estado de São Paulo, Rodrigo Capelato, informou que 86% dos empregados com nível superior nas 500 maiores empresas de São Paulo são oriundos de instituições de ensino superior privadas.

O especialista em educação Claudio de Moura Castro classificou o sistema público de ensino superior de "caro, pequeno, gratuito e elitizado".

O atual conceito de qualidade também foi questionado pelo diretor de operações do Centro Universitário Salesiano de São Paulo, Fábio José Garcia dos Reis. Para ele, qualidade também se mede pela empregabilidade dos formados, assim como por seu empreendedorismo.

Congresso publica emendas acabando com a DRU na educação, tornando o presidente do STF presidente do CNJ e transferindo para a União servidores de Rondônia

Promulgada emenda que dá mais recursos para educação

EM SESSÃO SOLENE, o Congresso Nacional promulgou ontem a proposta de emenda à Constituição (PEC 59/09) que garante o fim do corte de recursos orçamentários destinados à educação. A PEC retira, gradativamente, a Desvinculação de Receitas da União (DRU) do orçamento da Educação, até não mais ser cobrada, em 2011. Atualmente, o governo federal pode reter 20% de toda a arrecadação.

A cobrança da DRU na Educação será de 12,5% este ano, de 5% em 2010, e, a partir de 2011, deixará de incidir.

A previsão é que, com a extinção da desvinculação, a Educação deve receber a mais somente este ano cerca de R\$ 4 bilhões, somados a um total previsto de R\$ 41 bilhões. No ano que vem, o fim da DRU representará a injeção de novos R\$ 8 bilhões para o ensino.

No entender do presidente José Sarney, que presidiu a sessão solene, a proposta é de enorme importância para a educação brasileira.

Ele voltou a defender a canalização de mais recursos para o setor, apesar de reconhecer o esforço do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em favor da educação.

Ideli Salvatti (PT-SC), autora da proposta original (PEC 96/03), disse que a promulgação da emenda devolve recursos que a educação tanto precisava. Estimativa do próprio Ministério da Educação dá conta de que o setor perdeu cerca de R\$ 100 bilhões desde 1996, ano em que a DRU foi instituída.

– Hoje é o dia mais importante do meu mandato – resumiu a senadora, ao deixar claro que a desvinculação vai gerar mais vagas nas escolas para crianças e adolescentes.

A proposta exige educação básica obrigatória e gratuita dos quatro anos aos 17 anos de idade, a ser implementada,



José Sarney (D) e o ministro da Educação, Fernando Haddad, ouvem Ideli Salvatti

progressivamente, até 2016, nos termos do Plano Nacional de Educação, com apoio técnico e financeiro da União. O Estado deverá propiciar atendimento ao educando em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

CNJ

Em outra sessão solene, foi promulgada a Proposta de Emenda à Constituição 61/09, que teve origem na PEC 22/06, de Demostenes Torres (DEM-GO), que torna o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF) integrante e presidente natural do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Atualmente, o STF indica um de seus membros para participar do conselho e presidi-lo.

José Sarney ressaltou que essa emenda é a décima das medidas legislativas previstas no "Pacto republicano de Estado por um sistema de Justiça mais acessível, ágil e efetivo".

– Na sua singeleza, esperamos que ele mantenha aberto o caminho para que as medidas do pacto sejam cumpridas com igual rapidez, tornando realidade nossas intenções de levar

justiça a todos os cidadãos – afirmou José Sarney.

Rondônia

Também em sessão solene, foi promulgada a PEC 60/09, que transfere para os quadros da União os servidores civis e militares do extinto território federal de Rondônia, transformado em estado em 1981.

Na prática, a PEC 87/03, de Fátima Cleide (PT-RO), concede o mesmo tratamento já assegurado aos funcionários dos ex-territórios do Amapá e de Roraima, que já obtiveram a transferência para a União.

Fátima Cleide salientou que a proposta corrige uma grande injustiça com os servidores e o próprio estado de Rondônia. Na avaliação da senadora, com a emenda, "a história de Rondônia irá mudar para melhor além de nos fazer sentir mais brasileiros".

Já Valdir Raupp (PMDB-RO), relator do projeto no Senado, disse que a promulgação da proposta representa "um momento histórico para Rondônia". E assinalou que, além de atender aos funcionários, a proposta trará folga nas finanças do estado, possibilitando ao governo local aplicar esses recursos em setores carentes de investimentos.

Sugestões para que se cumpra lei que determina ensino da história dos índios

Márcia Kallume



Debate reúne André Ramos (E), Álvaro Tukano, Cristovam Buarque e Frank Coe

O Senado recebeu ontem uma série de sugestões para garantir o cumprimento da lei que tornou obrigatória a inclusão de conteúdos relativos à história e à cultura indígenas no currículo oficial da rede de ensino. Na opinião de quatro debatedores que participaram de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), os parlamentares devem incentivar a formação dos professores e a produção de material didático sobre a história e a cultura indígenas e criar espaços para que as lideranças indígenas participem efetivamente do

processo de discussão do ensino dessas matérias e dos demais temas de seu interesse.

As ideias foram apresentadas a partir de questionamento feito pelo presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF).

Álvaro Tukano, idealizador do projeto Séculos Indígenas no Brasil, contou, por exemplo, que, no colégio de padres salesianos em que estudou, os índios perdiam a merenda se falassem suas línguas. E a técnica de educação da Fundação Nacional do Índio (Funai) Marileia Taiua, do povo Kurá-Bakairi, relatou que o primeiro animal que seu pai

aprendeu a desenhar na escola foi um elefante e que as línguas e os rituais indígenas eram proibidos.

André Ramos, da Funai, afirmou que a educação contribuirá para pôr fim à visão dualista que há na sociedade a respeito dos povos indígenas, com os estereótipos do "mau selvagem" e do "bom selvagem". Há também a crença de que há muita terra para pouco índio.

Frank Coe, coordenador-geral do Séculos Indígenas no Brasil, apresentou o projeto – um trabalho de documentação da situação dos povos indígenas no Brasil.

Waldemir Rodrigues

Indicação para o CNMP passa em comissão

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por unanimidade, a indicação da procuradora Claudia Maria de Freitas Chagas para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Ela recebeu o voto favorável de 22 senadores.

A indicada, que ainda terá o nome submetido ao Plenário, integra desde 1993, por concurso, o Ministério Público (MP) do Distrito Federal e Territórios – que a indicou para o CNMP. Atualmente, é diretora-geral da Fundação Escola do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Conforme Claudia Maria, o conselho deve orientar o MP na sua atuação para questões administrativas, disciplinares e de planejamento. Na linha administrativa, disse que muito já foi feito, como as decisões que

resultaram no teto remuneratório, mas salientou que é preciso avançar. Ela observou ainda que o controle disciplinar é um desafio que o MP vem enfrentando. Além disso, observou que, quanto maior é a instituição e o seu poder, maiores são os prejuízos que pode causar.

O senador Gim Argello (PTB-DF) relatou a indicação. Aloizio Mercadante (PT-SP) ressaltou o empenho de Claudia Maria em sua passagem pela Secretaria Nacional de Justiça. De acordo com Pedro Simon (PMDB-RS), a biografia da indicada demonstra profunda dedicação à causa pública.

O presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), registrou que Claudia Maria deixou a Secretaria Nacional de Justiça a “fórceps”, depois que o CNMP decidiu que nenhum integrante do órgão poderá ser cedido a



Claudia Maria de Freitas Chagas recebeu na CCJ 22 votos favoráveis

outros Poderes.

Diversos senadores destacaram a origem familiar da indicada, que é filha do jornalista político Carlos Chagas, apontado como um profissional digno, competente e comprometido com os valores democráticos. Como salientado por muitos, a trajetória da filha reflete o mesmo brilho de seu pai.

Foto de Maciel é incluída na galeria de ex-presidentes da CCJ

Oposição e governistas se uniram na homenagem da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) ao senador Marco Maciel (DEM-PE), durante solenidade para colocação de uma foto sua na galeria de ex-presidentes do colegiado. Maciel avaliou que a solenidade carrega um “simbolismo histórico”, pois, ao exibir as fotos dos ex-presidentes, a CCJ ajuda a preservar a memória nacional.

O presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), explicou que Marco Maciel como exemplo de homem público pela “honradez, lealdade e sabedoria”.

O líder do DEM, José Agripino (RN), acrescentou como traços do homenageado a probidade e a eficácia na condução da coisa pública. Eduardo Suplicy (PT-SP) recordou o ritmo de trabalho implantado por Marco Maciel na presidência da CCJ.

Francisco Dornelles (PP-RJ) e Pedro Simon (PMDB-RS) lembraram o papel desempenhado por Maciel na transição do regime militar para a democracia.

Aloizio Mercadante (PT-SP) e Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmaram que a militância política em lados opostos não foi empecilho para admirarem Maciel como homem público.

Laços afetivos com Marco Maciel foram assinalados por Romero Jucá (PMDB-RR), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB). Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Eduardo Azeredo (PSDB-MG) e Augusto Botelho (PT-RR) ressaltaram a trajetória política de Maciel. Romeu Tuma (PTB-SP) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) destacaram a presença de Ana Maria Maciel, esposa do senador, na solenidade.

Também homenagearam Maciel os senadores Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Raimundo Colombo (DEM-SC), Valter Pereira (PMDB-MS), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Efraim Morais (DEM-PB), Neuto de Conto (PMDB-SC), Osmar Dias (PDT-PR) e César Borges (PR-BA).

Integração de Macapá e Santana

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou projeto de lei complementar que autoriza o Executivo a criar a Região Integrada de Desenvolvimento de Macapá e Santana. A proposta prevê a instituição do programa de desenvolvimento dos municípios.

O programa deverá incluir as medidas necessárias para a unificação dos serviços públicos, especialmente os relacionados a tarifas, fretes e seguros; a linhas de crédito para atividades prioritárias; e a incentivos fiscais para geração de empregos.

Autor do projeto, Papeleto Paes (PSDB-AP) argumenta que os municípios são os dois principais focos de crescimento urbano do estado e abrigam 76% da população do Amapá.

Aprovado voto de repúdio a Cuba por prisão de blogueira

Foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) voto de repúdio ao governo cubano pela prisão da escritora Yoani Sánchez, autora do *blog* Generación Y. Na última sexta-feira, ela e dois outros blogueiros foram detidos por agentes de segurança cubanos durante passeata contra a violência.

O requerimento do presidente da CCJ, Demostenes Torres (DEM-GO), foi aprovado com voto contrário de Inácio Arruda (PCdoB-CE) e com a abstenção de Eduardo Suplicy (PT-SP). Os dois senadores disseram que preferiam esperar pelas explicações da embaixada cubana no Brasil sobre o caso.

O senador por São Paulo foi designado pela CCJ para intermediar, junto à embaixada, a vinda de Yoani à comissão.

Arrendamento de retransmissoras na Amazônia

As retransmissoras de televisão localizadas em municípios da Amazônia Legal poderão arrendar sua capacidade de transmissão de sinais, conforme proposta aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). As condições serão definidas na regulamentação. O projeto (PLS 285/09), de Lobão Filho (PMDB-MA), será agora votado pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) em decisão terminativa.

O relator na comissão, Valdir Raupp (PMDB-RO), foi favorável à matéria. Já o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou voto contrário à proposta, por entender que a alteração é inconstitucional.

Na justificativa da proposta, Lobão Filho observa que muitas vezes o operador do serviço, especialmente aquele de municípios da Amazônia Legal, enfrenta dificuldades no exercício de sua atividade.

Comissão de Justiça aprova emendas a substitutivo votado na semana passada, mantendo os atuais prazos para progressão de pena de condenados por crime hediondo. E criou-se o monitoramento eletrônico dos presos em regime semiaberto. Também foi acolhido voto de repúdio ao governo de Cuba por prisão de blogueira

CCJ: preso terá de cumprir um terço da pena para pedir mudança de regime

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) concluiu ontem a votação do texto substitutivo do senador Demostenes Torres (DEM-GO) a projetos que mudam o regime para a progressão de penas. A elevação do prazo para progressão abrangerá somente presos por crimes comuns, passando de um sexto (16,6%) da pena para um terço (33,3%).

Votado em caráter terminativo, o substitutivo ao PLS 30/08, de Kátia Abreu (DEM-TO), e ao PLS 421/08, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), seguirá para exame da Câmara dos Deputados, a menos que haja recurso para análise do Plenário.

O relator resolveu acatar emenda de Valadares, mantendo os prazos atualmente determinados na legislação para progressão por crimes hediondos, ou seja, dois quintos (40%) para réu primário e três quintos (60%) para reincidente. Outras quatro emendas de Valadares também foram incorporadas ao texto final aprovado pela CCJ.

Assim, para os condenados por crimes hediondos passará a ser exigido o exame criminológico, de modo que o juiz possa decidir pela progressão para o regime semiaberto. Para dispensar esse laudo, o magistrado terá que apresentar decisão fundamentada. A decisão sobre progressão para os demais crimes continuará dependendo de manifestação do Ministério Público e do defensor.

Tornozeleiras

Os condenados por crime hediondo, ou a ele equiparado, ou os reincidentes da prática de crime cometido mediante violência ou grave ameaça que forem beneficiados com a progressão para o regime semiaberto terão que ser submetidos a monitoramento eletrônico, ou seja, usar a tornozeleira eletrônica para que o juiz possa saber onde eles estão. E se o juiz entender



Demostenes (à dir., ao lado de Marco Maciel) rejeita emenda que previa abrandamento das condições de progressão penal para pequenos traficantes

necessário, também poderá exigir a realização do exame criminológico e o monitoramento para os condenados por outros tipos de crimes.

Também por emenda de Valadares aceita pelo relator, a CCJ desistiu de promover alterações no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) para regular a concessão pelo juiz da liberdade condicional em caso de pena privativa de liberdade igual ou superior a dois anos (artigo 83), como havia sido acatado na última reunião do colegiado.

De acordo com Demostenes, o texto final aprovado pela comissão, embora não seja o ideal, representa um “avanço monumental”. Ele disse que o próprio presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes, considerou adequado não ampliar os prazos para progressão de pena para os casos de crime hediondo, desde que houvesse a obrigatoriedade do exame criminológico e do monitoramento

eletrônico. Pois, na prática, explicou ele, se o exame criminológico concluir que o preso é perigoso e não pode sair da prisão, ele não sairá.

Tráfico de drogas

Como já havia anunciado, Demostenes manteve a rejeição de emenda do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), que abriria a possibilidade de instituição de pena alternativa para os pequenos traficantes. Para esses casos, a progressão dependerá do cumprimento de um terço da pena. A legislação atual, lembrou o relator, exige o cumprimento de dois quintos da pena, para réu primário, e de três quintos, para reincidentes. Segundo avalia, a aplicação da pena alternativa seria um estímulo para “escancarar as portas para o tráfico de drogas no país”, uma vez que o pequeno traficante passaria a ser usado pelo grande traficante.

A senadora Kátia Abreu disse ter ficado contente com o relatório final. Ela lembrou ter apresentado seu projeto em 2008, tornando mais rigorosa a progressão da pena, após decisão da Justiça de seu estado, seguindo a legislação, de conceder progressão para o regime aberto para cerca de 70 presos condenados por crime hediondo, o que causou revolta na sociedade local.

Para o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), o texto final votado pela comissão também representa um grande avanço com a criação da exigência do exame criminológico e do monitoramento eletrônico os condenados por crimes hediondos.

Romeu Tuma (PTB-SP) elogiou a decisão de Demostenes de rejeitar a pena alternativa para pequenos traficantes e aceitar o prazo de um terço de cumprimento da pena para a progressão.

Crime hediondo com punição mais severa em código militar

Crimes considerados hediondos previstos no Código Penal Militar passarão a ser reprimidos da mesma forma estabelecida pela Lei dos Crimes Hediondos e pelo Código Penal. A mudança está prevista em projeto (PLS 89/09) do senador Magno Malta (PR-ES) aprovado pela CCJ ontem em decisão terminativa. A proposta só será votada em Plenário se houver recurso. Caso contrário, seguirá diretamente para a Câmara dos Deputados.

Entre os crimes previstos no Código Penal Militar que passarão a ser considerados hediondos, estão homicídio qualificado, estupro, atentado violento ao pudor, latrocínio e extorsão praticada mediante violência. Com isso, a proposta provoca o aumento da pena para esses crimes quando cometidos por militares. Por exemplo, o estupro passa a ser punido com até dez anos de prisão em vez de oito anos.

Menor infrator pode completar pena com serviço comunitário

Projeto aprovado ontem pelo CCJ altera dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) relativos à punição do menor infrator. Pelo texto, se ele alcançar a idade de liberação compulsória (21 anos) antes de concluir o período de internação, o restante da pena será convertido em prestação de serviços à comunidade.

A matéria (PLS 107/03), de Paulo Paim (PT-RS), teve parecer favorável de Valdir Raupp (PMDB-RO) e será votada em decisão terminativa pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Durante a discussão, o presidente da CCJ, senador Demostenes Torres (DEM-GO), elogiou o projeto. Já o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou a preocupação de Paim em alterar o ECA para admitir a aplicação da medida de internação no caso de menor estar envolvido com organização criminosa.

Adiada em uma semana votação sobre exigência de diploma para jornalista

A proposta de emenda à Constituição que restringe o exercício da profissão de jornalista a quem tem diploma de curso superior de jornalismo recebeu vista coletiva e deve voltar à pauta da CCJ na semana que vem. Apresentada pelo senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a matéria recebeu parecer favorável, na forma de substitutivo, do senador Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Arthur Virgílio (PSDB-AM) antecipou que votará favoravelmente à matéria (PEC 33/09), argumentando que, apesar de grandes jornalistas do passado terem atuado sem diploma, como Roberto Marinho e Assis Chateaubriand, não vê razão para, hoje, se dispensar um requisito exigido para outros profissionais, como médicos, advogados e enfermeiros.

– Não vamos partir para o curandeirismo. Não vemos por que se estimular o empirismo – ponderou. O presidente da CCJ, Demostenes

Torres (DEM-GO), divergiu de Arthur Virgílio. Segundo afirmou, nem para ser ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) é exigido diploma de curso superior.

Valadares defendeu sua proposição como necessária para estabelecer o princípio da igualdade no acesso às profissões. Sustentou ainda que ela atende não apenas aos interesses dos jornalistas, mas de outras categorias profissionais que também estariam sob ameaça, depois que o STF decidiu pelo fim da exigência do diploma para jornalista. Em seu substitutivo, o relator Inácio Arruda observa que “a opção por uma emenda constitucional evita nova discussão sobre a constitucionalidade da matéria e devolve a dignidade aos jornalistas sem restringir a livre manifestação do pensamento, do exercício profissional e da participação ativa de outras profissões nos mais variados meios de comunicação”.

Classificação etária de filmes vai para estatuto

Proposta aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) inclui no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) regras para disciplinar o acesso de menores a filmes, espetáculos e diversões públicas. Essas normas são hoje definidas por ato do Ministério da Justiça, mas dão margem a conflitos de interpretação.

As divergências ocorrem principalmente nos casos em que os pais ou responsáveis, com base em liberalidade prevista, levam filhos menores a espetáculos indicados para a faixa etária imediatamente acima da desses filhos – uma criança de 10 a 11 anos, por exemplo, em um espetáculo liberado para a faixa de 12 a 14 anos.

Como explica o senador Pedro Simon (PMDB-RS), na justificativa da matéria, os conflitos ocorrem porque a classificação por faixa etária, assim como as liberalidades permitidas, vem sendo entendida como uma simples indicação e orientação aos pais. No entanto, cinemas e casas de espetáculos munidos de advertências judiciais e ameaças por punições administrativas chegam a proibir a presença de menores nas atividades mesmo se acompanhados dos responsáveis.

Com parecer favorável do relator, senador Valdir Raupp (PMDB-RO), o texto prevê a inclusão no Estatuto da Criança e do Adolescente de seis faixas etárias de classificação, desde a livre até as que indicam inadequação para menores de 10, 12, 14, 16 e 18 anos. Prevê ainda que a classificação de toda obra audiovisual – cinema, DVD, vídeo e demais espetáculos e diversões públicas – será justificada com base no grau de conteúdos de sexo, drogas e violência e em descrição temática de cenas analisadas.

Além disso, para evitar dúvidas, estabelece que o acesso de crianças ou jovens, quando inseridos em uma determinada faixa, será permitido a exposições da faixa seguinte quando acompanhados dos pais ou responsáveis. No entanto, não é permitido o acesso de crianças e adolescentes, em qualquer hipótese, a espetáculos cuja classificação corresponda a “inadequado para menores de 18 anos”.

O projeto (PLS 18/06) seguirá para exame na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde terá decisão terminativa.

O projeto, explicou Dornelles, facilita a vida do exportador, ao permitir que se estenda o crédito do IPI nas operações que envolvam bens de capital, de uso e de consumo. Já o crédito de PIS e Cofins poderá valer para operações de bens de uso e consumo. Segundo o senador, essa é uma maneira de se fazer reforma tributária e de atenuar os efeitos do câmbio valorizado.

O projeto, explicou Dornelles, facilita a vida do exportador, ao permitir que se estenda o crédito do IPI nas operações que envolvam bens de capital, de uso e de consumo. Já o crédito de PIS e Cofins poderá valer para operações de bens de uso e consumo. Segundo o senador, essa é uma maneira de se fazer reforma tributária e de atenuar os efeitos do câmbio valorizado.



Simon é autor do projeto, aprovado ontem pela Comissão de Justiça

Senadores apontam manobra para tornar crime a homofobia

Aprovada na terça-feira na CAS, proposta pune a discriminação contra homossexuais, idosos e deficientes



Observado por Crivella e Augusto, Malta (E) diz que texto cria “casta especial”

Os senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Magno Malta (PR-ES) e Valter Pereira (PMDB-MS) denunciaram suposta manobra na aprovação, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na terça-feira, do projeto que pune a discriminação contra homossexuais, idosos e deficientes.

A proposta (PLC 122/06) foi aprovada na forma de substitutivo da relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO). A matéria agora será examinada pelas comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de ir a Plenário. Como foi alterado no Senado, o projeto voltará à Câmara dos Deputados.

Crivella criticou a votação do requerimento para suspender a audiência pública sobre o assunto, considerado polêmico, e a inclusão do projeto como item extrapauta. Para o senador, na forma como foi aprovado, o projeto é inconstitucional, já que, a seu ver, nega aos cristãos o direito de livre expressão.

– Isso fere todo sacerdote, todo padre, todo pastor; fere todo pai, todo cidadão que queira ensinar ao filho que o homossexualismo é pecado. Não pode mais porque passa a ser crime – disse.

Magno Malta ressaltou que a votação às pressas do projeto em Plenário já havia sido tentada em dezembro do ano passado. Em sua avaliação, a proposição cria uma “casta especial”.

– A discussão não é religiosa. Trata-se de um projeto inconstitucional. Precisamos debater a questão com a sociedade, e essa Casa precisa votar com a sociedade – assinalou.

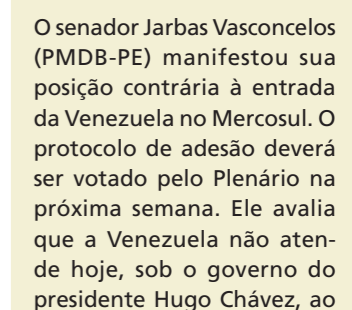
Valter Pereira, por sua vez, observou que o projeto pode fomentar conflitos entre pais e filhos homossexuais que decidam questionar a educação que receberam dos pais de acordo com padrões heterossexuais.

– Se essa matéria for aprovada e se o presidente não votar, ela vai nos colocar no anedotário internacional – afirmou.

– Se essa matéria for aprovada e se o presidente não votar, ela vai nos colocar no anedotário internacional – afirmou.

– Se essa matéria for aprovada e se o presidente não votar, ela vai nos colocar no anedotário internacional – afirmou.

Projeto de Dornelles compensa exportador



O senador Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) manifestou sua posição contrária à entrada da Venezuela no Mercosul. O protocolo de adesão deverá ser votado pelo Plenário na próxima semana. Ele avalia que a Venezuela não atende hoje, sob o governo do presidente Hugo Chávez, ao requisito de ser um país democrático, uma das condições para integrar o Mercosul.

– Chávez tem a ideia fixa de se perpetuar na presidência da Venezuela e de levar sua visão de mundo para todos os países da América Latina. Não quero ter na consciência o peso de ter ajudado um protoditador a ganhar uma tribuna para pregar o autoritarismo na América Latina.

Sérgio Guerra: oposição deve ter firmeza na defesa da democracia

Após criticar atitudes do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva que "conspiram contra os poderes constituídos e a democracia, consolidada por Fernando Henrique Cardoso", Sérgio Guerra (PSDB-PE) disse que a oposição "deve ter firmeza e não perder o prumo" de quem defende o Congresso e as instituições democráticas do país.

O senador criticou os gastos do governo "com as festas" que vêm sendo promovidas para a inauguração de obras que, segundo ele, jamais serão entregues, citando a participação recente de Lula e da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, em visita às obras de transposição do rio São Francisco, em Pernambuco.

O parlamentar também apontou uma "conspiração em marcha" contra o Tribunal de Contas da União, em razão de seus integrantes apontarem



Para Sérgio Guerra, o governo Lula conspira contra poderes constituídos

irregularidades em obras do Programa de Aceleração do Crescimento.

Sérgio Guerra também criticou o governo pela retenção dos recursos previstos nas emendas apresentadas pelos parlamentares ao Orçamento. Ele afirmou, no entanto, que as dotações dos ministérios estão sendo liberadas "para aqueles que votam com o governo". E cobrou esclarecimentos sobre o apagão ocorrido terça-feira.

Mário Couto: Bolsa Celular visa inflar candidatura de ministra

Após criticar ontem o anúncio de que o governo pretende criar o programa Bolsa Celular, Mário Couto (PSDB-PA) disse que a intenção do presidente Lula, na verdade, "é inflar a candidatura" da ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff. Ele lamentou que o governo não assegure transporte, segurança, saúde, educação e uma condição de vida digna à população.

O senador ironizou o programa anunciado pelo governo cantando um trecho da música *Você não vale nada*, de autoria de Dorgival Dantas:

– Eu sei que você não vale nada, mas eu gosto de você. Porque você me dá dinheiro, telefone celular, eu gosto de você,



Mário Couto cobra transporte, saúde, educação e segurança para o povo

eu vou votar na Dilma.

Mário Couto ainda classificou como uma "novela" os adiamentos, pela Câmara, da votação dos projetos de Paulo Paim (PT-RS) que beneficiam os aposentados brasileiros.

Audiência sugere unificação das alíquotas do ICMS para etanol

A mudança da tributação que incide sobre a produção de biocombustíveis – para estimular o crescimento dessa atividade – foi um dos assuntos discutidos ontem, durante reunião na Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado. A reunião foi promovida pelo grupo de trabalho que deverá elaborar uma nova proposta de marco regulatório para o setor.

Uma das medidas sugeridas é a unificação das alíquotas do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pagas pelos produtores de etanol, que variam conforme o estado. A unificação foi defendida por João Tenório (PSDB-AL), que também é produtor, e pelo presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Alcool em Alagoas, Pedro Robério.

Presidente do Senado afirma que o mais provável é que o blecaute de terça-feira seja fruto da fragilidade de um sistema que precisa ter uma concepção mais moderna

Sarney não vê indício de sabotagem no apagão



O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, não vê indício de sabotagem no apagão que, na noite de terça-feira, atingiu 18 estados brasileiros, que só voltaram a ter energia elétrica na madrugada de ontem. Na opinião de Sarney, o Brasil não tem clima para sabotagem e o mais provável é que o blecaute seja fruto de fragilidade de um sistema elétrico que precisa ter uma concepção mais moderna.

– O que se discute atualmente é passarmos para uma nova etapa em matéria de tecnologia, de

consumo de energia, do sistema elétrico como um todo, como já existe na Europa hoje. O enfoque não deve ser somente na produção de energia, mas também em relação ao consumo, às formas de consumo, a equipamentos mais modernos. Deve-se otimizar o sistema – frisou.

Mesmo dizendo não dispor de informações oficiais sobre as razões do apagão, Sarney destacou reportagem veiculada por revista econômica segundo a qual um moderno sistema elétrico implica uma política em que consumidores devem se esforçar para poupar energia e as companhias elétricas trabalhar para

romper o antigo ciclo produtor-transmissor-consumidor.

– Um fato como esse não é preocupante para a infraestrutura energética do país? – indagaram os jornalistas.

– Acho que isso mostra certa fragilidade do sistema, principalmente em se tratando de uma hidrelétrica como Itaipu, que oferece uma das tecnologias mais avançadas do mundo.

– O senhor vê risco de que tenha sido sabotagem?

– Não, acho que deve ter sido algum problema técnico, porque o Brasil não tem nenhum ambiente atual para qualquer medida dessa natureza.

Heráclito: falta investimento na manutenção do sistema elétrico

Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou ontem que o governo Lula "teve sete anos para corrigir" os problemas do setor elétrico e mesmo assim 18 estados enfrentaram um apagão. Para ele, o governo "deveria ter humildade" e reconhecer que o problema ocorreu por falta de investimentos na manutenção do sistema elétrico.

– Se a oposição ao governo fosse vingativa, estaria hoje deitando e rolando em cima do governo Lula por conta do apagão de ontem. E a oposição estaria fazendo apenas o que foi feito com relação aos apagões do governo Fernando Henrique por parte dos que hoje comandam o país. De maneira leviana e irresponsável, atacaram biografias, levantaram suspeitas. Eles tiveram sete anos para impedir

fatos como o de ontem – criticou Heráclito.

O parlamentar acrescentou que o governo Lula demorou demais para estabelecer o novo marco regulatório do setor elétrico, atrasando a entrada de investimentos.

Bolsa Cultura

Heráclito Fortes disse não entender por que o governo está discriminando os aposentados no projeto que cria o programa Bolsa Cultura. Essa bolsa, explicou, é a distribuição de um carnê de até R\$ 50 para que as pessoas gastem em programa cultural. Os aposentados, no entanto, só terão direito a R\$ 30.

O senador informou que pretende apresentar projeto propondo a criação da Bolsa Remédio para as famílias po-



Heráclito diz que vai apresentar projeto criando a Bolsa Remédio

bres. Para ele, a distribuição de remédios pode ser considerada mais importante que a anúncia da Bolsa Celular ou até mesmo a Bolsa Cultura.

Ele ainda cobrou da Polícia Federal e do Ministério Público informações sobre as investigações de funcionários da Emgerpi, "supersecretaria" do governo do Piauí que concentra obras e concorrências. Disse que um funcionário denunciou "fatos escabrosos" na empresa.

Gilvam comemora investimentos no Amapá

Gilvam Borges (PMDB-AP) disse ontem que a construção da usina hidrelétrica de Santo Antônio, localizada entre Monte Dourado, no Pará, e Laranjal do Jari, no Amapá, permitirá o fornecimento de energia elétrica para o Amapá por mais de 50 anos e vai gerar cerca de 5 mil empregos.

Ele observou que a usina terá potência instalada de 3.150 megawatts e capacidade para abastecer 11 milhões de residências. Disse que o custo da obra está

estimado em R\$ 13,5 bilhões e que a usina já é considerada referência devido ao equilíbrio entre o uso de tecnologia de ponta e o mínimo de agressão ao meio ambiente.

O senador afirmou ainda que as obras da segunda etapa do programa Luz para Todos no Amapá deverão ser iniciadas em janeiro do próximo ano, com investimento de R\$ 155 milhões e objetivo de levar energia a 268 comunidades rurais.



Gilvam: usina de Santo Antônio vai abastecer 11 milhões de residências

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • Mão Santa • Serys Slhessarenko • Marco Maciel

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefe de Reportagem: Elina Rodrigues
Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Senadores buscam explicações para apagão



O blecaute que atingiu 18 estados na noite de terça-feira foi o tema mais debatido na sessão plenária de ontem. Senadores da oposição cobraram explicações do governo, enquanto parlamentares da base enfatizaram os investimentos feitos nos últimos anos para dotar o sistema de distribuição de energia elétrica do máximo de confiabilidade. José Agripino atribuiu o ocorrido ao modelo instituído pela atu-

al ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, quando era ministra de Minas e Energia, no que foi contestado por Renato Casagrande. Arthur Virgílio anunciou que pedirá a vinda de Dilma Rousseff e do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, à Comissão de Serviços de Infraestrutura para explicar o apagão.

Já Antônio Carlos Valadares assinalou que o governo não pode ser responsabilizado pelo blecaute. Aloizio Mercadante enfati-

zou que o que aconteceu agora em nada se compara à crise de 2001, que levou ao racionamento de energia. "Temos um sistema de transmissão robusto", garantiu.

Cristovam Buarque chamou atenção para outros "apagões" verificados no Brasil e que não têm despertado debates tão intensos, em áreas como educação, saúde e transporte público, ou o "apagão da falta de republicanismo que toma conta do país".



JOSÉ AGRIPINO

Waldemir Rodrigues



RENATO CASAGRANDE

Waldemir Rodrigues



ARTHUR VIRGÍLIO

Waldemir Rodrigues



VALADARES

Waldemir Rodrigues



ALOIZIO MERCADANTE

Waldemir Rodrigues



CRISTOVAM BUARQUE

Jonas Pereira

Ex-ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff é "mãe do apagão"

O líder do DEM, José Agripino (RN), atribuiu à ex-ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff responsabilidade pelo apagão que atingiu 18 estados brasileiros na noite de terça-feira. Segundo ele, o problema foi provocado por falhas no marco regulatório do setor elétrico, elaborado à época em que a atual chefe da Casa Civil – a quem considerou "mãe do apagão" – ocupou o ministério (2003-2005). As regras, conforme o senador, beneficiaram a geração de energia velha, produzida pelas estatais do setor elétrico, em detrimento da geração de energia nova pelo setor privado, o que seria vital para garantir o crescimento do país.

– Mesmo com o nível dinâmico das barragens lá em cima, por causa das recentes chuvas, não houve carga suficiente para atender a demanda, o que acabou provocando o apagão localizado, que provocou um desmoronamento de cartas, desligando a energia do Sul e do Sudeste todo – afirmou o senador.

Para esclarecer as razões do apagão, Agripino encaminhou pedido de informação dirigido ao ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, em que solicita dados sobre o total dos investimentos feitos pelo setor público na geração de energia elétrica, além dos investimentos do setor privado em hidrelétricas e fontes alternativas de energia.

José Agripino foi apoiado, em partes, por Alvaro Dias (PSDB-PR) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA).

Investimentos contemplam transmissão e segurança

Renato Casagrande (PSB-ES) disse não acreditar que o apagão que deixou sem energia elétrica 18 estados brasileiros tenha sido causado por falhas no sistema de energia do país. Em sua opinião, é preciso saber se houve falha no sistema de segurança.

Rebatendo afirmação de José Agripino, que havia apontado falhas no marco regulatório do setor elétrico e responsabilizado pela ocorrência do apagão a ex-ministra de Minas e Energia Dilma Rousseff, Casagrande garantiu que, nos últimos anos, foram feitos investimentos nas redes de transmissão e nos sistemas de segurança.

Para Renato Casagrande, o problema não causará desgaste político ao governo, desde que não se repita.

O senador disse ainda que o problema precisa ser debatido com profundidade no Congresso Nacional. Ele também defendeu o investimento em fontes alternativas de energia.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou, em aparte, que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva aumentou em mais de 100% as redes de transmissão de energia elétrica. Para Valadares, "é quase uma certeza" que houve sobrecarga no sistema de geração em Itaipu, o que gerou uma reação em cadeia, desligando todos os sistemas a partir daquela hidrelétrica.

Augusto Botelho (PT-RR) disse que o sistema brasileiro é o maior do mundo.

Lobão e Dilma devem explicar investimentos no setor elétrico

Arthur Virgílio (AM), líder do PSDB, anunciou ontem em Plenário que a oposição quer ouvir o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, e a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, sobre o apagão elétrico que atingiu 18 estados. Requerimentos de convite deverão ser apresentados na reunião de hoje da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

O senador assegurou que, na eventual audiência pública sobre o apagão, não serão feitas a Dilma Rousseff, nem por ele, nem por outro senador de sua bancada, perguntas sobre as afirmações da ex-secretária da Receita Federal Lina Vieira de que a ministra teria tentado interferir nos trabalhos de fiscalização do órgão.

Segundo o líder do PSDB, os ministros precisam esclarecer as causas do apagão e explicar questões relativas ao setor elétrico brasileiro. Dilma Rousseff e Edison Lobão, afirmou o senador, devem dizer se o nível de investimento no setor é compatível com a necessidade do país, como os investimentos estão sendo feitos e detalhar o cronograma. Além disso, deverão informar quais providências o governo está tomando para resolver os problemas do sistema elétrico.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) apoiou a ideia de convidar os ministros para tratar do apagão elétrico. José Agripino e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) também questionaram as causas da falta de energia.

Culpar o governo por um problema de Itaipu é uma grande injustiça

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou, em discurso, que o governo federal não deve ser responsabilizado pelo apagão elétrico que atingiu 18 estados brasileiros na noite de terça-feira.

Segundo o parlamentar, o problema ocorreu devido a uma sobrecarga na usina de Itaipu, que ocasionou uma reação em cadeia em vários pontos, que se apagaram automaticamente.

– Culpar o governo por um problema que houve lá em Itaipu é uma grande injustiça. Tenho certeza absoluta que esse acidente localizado já está sendo devidamente contornado, e a normalidade da distribuição e do suprimento de energia elétrica será restabelecida o mais rápido possível – afirmou Valadares.

O senador disse ainda que o apagão não pode ser comparado ao ocorrido no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, segundo ele, "de desídia, omissão e falta de responsabilidade e de compromisso com o desenvolvimento da nação".

– Foi preciso que o governo daquela época, não o nosso governo, tomasse medidas emergenciais para tapar os buracos da incompetência – salientou o parlamentar.

Ao encerrar seu discurso, Valadares disse que a oposição está cumprindo o seu papel ao pedir explicações ao governo. Ressaltou, no entanto, que culpar o governo pelo problema é uma grande injustiça.

Oferta de energia está assegurada e não haverá racionamento

O líder do PT, Aloizio Mercadante (SP), afirmou que o blecaute que atingiu 18 estados em nada se compara ao de 2001, durante o governo FHC. O senador valeu-se dos comentários sobre o episódio feitos pelo ex-ministro de Minas e Energia de FHC e atual ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), José Jorge, para quem "qualquer sistema físico está sujeito a falhas".

Mercadante repetiu as palavras de José Jorge, para quem o apagão energético de 2001 teria ocorrido por falta de investimentos governamentais, pela diminuição da capacidade de geração de energia e pelo fato de os reservatórios das hidrelétricas estarem secos.

– A situação é favorável. Não há necessidade de ligar termelétricas, estamos em uma situação oposta ao que seria o período de racionamento. Temos um sistema de transmissão robusto, com linhas interligadas e mais proteções ao sistema, motivo pelo qual o blecaute é ainda surpreendente – disse.

Mercadante afirmou ainda que, com relação aos reservatórios, o país encontra-se numa situação inédita.

– Esse risco de racionamento não existe para os próximos três a quatro anos; a interligação do sistema garante o abastecimento do país. O senador falou do investimento em 20 mil quilômetros de linhas de transmissão interligando o país, a um custo de R\$ 1,8 bilhão, e da construção de hidrelétricas.

Apagões também ocorrem nas áreas de saúde e educação

Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que o Brasil é vítima não só dos apagões elétricos, "que são visíveis e chegam com a escuridão", mas também de "apagões invisíveis" que ocorrem em setores como educação e saúde, os quais acabam comprometendo a qualidade de vida da maioria da população.

– Não vemos os apagões que estão à luz do dia, só vemos os que aparecem graças à escuridão. O apagão da nossa consciência é do tamanho dos problemas que vivemos.

Para o parlamentar, a "insensibilidade social" impede o país de ver o "apagão" na educação, citando os 14 milhões de brasileiros adultos que não sabem ler, além dos dois terços de estudantes da rede pública que abandonam a escola antes de concluído o ensino médio.

O senador também ressaltou "o apagão da pessoa que perde a vida na porta do hospital" e o que resulta do "impedimento de atendimento médico por falta de seguro-saúde, contatos, remédios e atenção".

Cristovam disse que o país não vê "o apagão de milhares de pessoas que diariamente ficam nas paradas esperando o ônibus que não vem"; "o apagão daquelas pessoas que ficam duas, três horas dentro da condução em vez de estar com a família ou estudando"; o "apagão dos engarrafamentos monumentais"; e "o apagão da falta de republicanismo que toma conta do país".

Osmar Dias quer votação rápida do piso salarial para policiais



Osmar Dias lembra que já houve aceleração dos prazos para outra PEC

O líder do PDT no Senado, Osmar Dias (PR), anunciou que pretende coletar assinatura dos líderes partidários para que sejam acelerados os prazos de votação da proposta de emenda à Constituição (PEC 41/08) que cria o piso salarial nacional dos policiais e bombeiros. A proposta, do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), já foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e está

pronta para inclusão na ordem do dia do Plenário.

Osmar Dias lembrou que os líderes recentemente concordaram com a realização de sessões extraordinárias seguidas para votar a emenda que transferiu parte dos servidores do exterritório de Rondônia para a folha salarial da União. Proposta de emenda à Constituição, depois de passar pelas comissões, tem de ser discutida por cinco sessões no Plenário para votação em primeiro turno. Depois, se não receber emendas – que podem levá-la de volta às comissões –, deve ser discutida por três sessões para a votação em segundo turno. Em seguida, a proposta é enviada à Câmara.

Em aparte, o líder do PSB, Antônio Carlos Valadares (SE), disse que assinará o requerimento. João Tenório (PSDB-AL) afirmou que apoia a instituição de um piso nacional para os policiais.

Oswaldo Sobrinho cobra mais investimento em infraestrutura

Oswaldo Sobrinho (PTB-MT) voltou ontem a cobrar do governo federal investimentos em infraestrutura de transportes, especialmente na região Centro-Oeste. De acordo com ele, tais investimentos são essenciais para propiciar meios adequados ao escoamento da produção de estados como Mato Grosso e superar desigualdades regionais.

Para o senador, ampliar a malha ferroviária deve ser uma prioridade, especialmente porque isso não foi feito nos últimos 40 anos, o que, a seu ver, representou uma involução da participação desse modal na matriz de transportes. Ele também chamou a atenção para a situação precária em que se encontram as rodovias do país, especialmente as do Centro-Oeste.

Oswaldo Sobrinho citou reportagem do jornal *Folha de*



Senador ressalta obstáculos enfrentados por produtores agrícolas

S. Paulo, intitulada “Colapso da infraestrutura ameaça agonegocio do Centro-Oeste”. A matéria, disse o senador, refaz o percurso seguido pelas cargas graneleiras e mostra “como produtores agrícolas enfrentam obstáculos quase intransponíveis para levar a safra de grãos, numa via-crúcis que consome grande parte da renda final de seu trabalho”.

Serys anuncia seminário sobre regularização fundiária urbana

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) anunciou a realização em Cuiabá, no dia 20, de um seminário sobre regularização fundiária urbana. O evento é organizado pela Federação Mato-Grossense das Associações de Moradores de Bairros (Femab) e pela Confederação Nacional das Associações de Moradores (Conan), em parceria com prefeituras de diversos municípios do estado.

– Sabemos que dezenas de milhões de brasileiros não têm tido acesso ao solo urbano, senão por meio de processos e mecanismos informais e frequentemente ilegais – declarou a senadora.

Essa situação deve-se, segundo Serys, ao modelo socioeconômico acelerado adotado pelo país, que levou muitas cidades brasileiras a serem cercadas por periferias “duramente empobrecidas”. Ela ressaltou que



Serys: “Milhões de brasileiros não têm tido acesso ao solo urbano”

80% das cidades entre 100 mil e 500 mil habitantes e 45% daquelas entre 20 mil e 100 mil habitantes têm favelas.

Serys registrou ainda a designação do deputado Carlos Bezerra (PMDB-MT), na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara, como relator de projeto de sua autoria (PLS 100/06) que isenta associações comunitárias do pagamento de taxas cartoriais.

Em audiência pública na comissão, sindicalistas cobram aprovação de projetos que tratam de redução da jornada de trabalho e pagamento de hora extra em fins de semana e feriados



Francisco Alano, José Augusto da Silva Filho, Lucilene Binsfeld, Paulo Paim, Luiz Carlos Motta e Guiomar Vidor

CAS discute regulamentação da profissão de comerciário

O COMPROMISSO DO Legislativo na proteção dos direitos dos trabalhadores do comércio foi destacado pela presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), e pelos senadores Paulo Paim (PT-RS), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Ideli Salvatti (PT-SC) e Roberto Cavalcanti (PRB-PB). Eles participaram ontem de audiência pública sobre a regulamentação da profissão de comerciário, promovida pela CAS.

Para Rosalba, é essencial que haja legislação capaz de assegurar proteção à força de trabalho no Brasil como condição, inclusive, para que o país possa crescer e gerar riquezas. Ela disse que os projetos em tramitação que tratam da regulamentação da profissão de comerciário – PLSs 115/07, de Paulo Paim, e 152/07, de Pedro Simon (PMDB-RS) – devem dar segurança à categoria, que teme perder dinheiro caso o trabalho em horas extras seja proibido.

Na opinião de Ideli Salvatti, uma das autoras do requerimento de realização da audiência pública, o trabalho no comércio é de difícil organização, por estar pulverizado em todos os municípios, nos contextos mais

diversificados. No entanto, ela acredita ser essencial a regulamentação da profissão.

– No Senado, temos condição de avançar na defesa dos interesses dessa classe trabalhadora – destacou.

Roberto Cavalcanti também defendeu a aprovação das matérias e ressaltou que os textos tratam de cidadania e de justiça.

– Somos testemunhas dos desmandos que muitos empresários fazem com seus trabalhadores. Por isso, queremos ajudar os comerciários em sua luta. É preciso reconhecer, porém, que também há empresários com consciência social – afirmou.

Segundo Paim, seu projeto sugere quatro dispositivos: turno de seis horas diárias; fim da jornada de trabalho nos domingos e feriados; data-base unificada no mês de novembro; e piso da categoria fixado em três salários mínimos e meio mensais.

Mesquita Júnior louvou a iniciativa da audiência e a manifestação que os comerciários realizaram ontem em frente ao Congresso Nacional.

Reivindicações

Presente ao debate, José Alves Paixão, da Nova Central Sindical, protestou contra o que chamou

de “agressões aos direitos” dos comerciários.

– Estamos sendo lesados em relação às horas extras, que os comerciários temem denunciar porque temem ser demitidos.

Para José Augusto da Silva Filho, da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Comércio, é preciso resgatar a discussão sobre o trabalho aos domingos e feriados.

O presidente da Federação dos Trabalhadores no Comércio no Estado de Santa Catarina, Francisco Alano, afirmou que as maiores reivindicações da categoria são a jornada de seis horas, sem trabalho em domingos e feriados.

Ele lembrou que, segundo o IBGE, a produtividade no comércio cresceu quase 100% nos últimos 20 anos, e são as empresas e distribuidoras que estão ganhando com isso, porque as condições de trabalho dos comerciários ficam piores a cada ano.

– Os patrões querem ser “cigarras” e que nós sejamos “formigas”. Nós também queremos ser “cigarras”, para cantar aos domingos. Se o patrão não puder fechar a loja aos domingos, precisa haver negociação justa – conclamou Francisco Alano.

“Dez milhões de trabalhadores serão beneficiados”

A aprovação dos projetos que regulamentam a profissão de comerciário poderá melhorar as condições de trabalho de mais de 10 milhões de comerciários, disse o representante da Força Sindical, Luiz Carlos Motta, na audiência na CAS. Ele enfatizou que as propostas vão “humanizar” a atividade realizada por esses profissionais e complementar direitos já conquistados pela categoria. Representante da União Geral dos Trabalhadores, Vicente da Silva defendeu o registro da profissão na carteira profissional, diferentemente do que acontece hoje, segundo ele, em que o empregador faz anotações genéricas. Para Guiomar Vidor, da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, o descanso aos domingos é importante para melhorar a qualidade de vida dos comerciários, tese também defendida por Lucilene Binsfeld, da Central Única dos Trabalhadores.

Redução da jornada sem diminuir salário

Manifestantes organizados na 6ª Marcha da Classe Trabalhadora reuniram-se ontem em frente ao Congresso para pedir a aprovação da PEC 231-A/95, que reduz o limite da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais sem redução de salários. A matéria, que também prevê a elevação do custo da hora extraordinária, para “desestimular o seu uso habitual por parte das empresas”, está pronta para votação na Câmara, e depois de aprovada segue para o Senado.

A PEC é de autoria dos então deputados e atualmente senadores Geraldo Mesquita Júnior e Paulo Paim. O relator naquela Casa, deputado Vicentinho (PT-SP), argumenta que publicação da OIT sobre normas relacionadas às condições de trabalho informa que a jornada de 40 horas semanais é o padrão legal predominante em todo o mundo e é defendida por especialistas.

Sarney promete pressa na votação da PEC 231

Acompanhados de Paulo Paim, o deputado Paulinho da Força e outros representantes de entidades trabalhistas pediram ao presidente do Senado, José Sarney, pressa na votação da proposta que reduz a jornada semanal de trabalho de 44 para 40 horas. Sarney prometeu todo o esforço para acelerar a votação do texto, que ainda aguarda a deliberação dos deputados.

– O presidente José Sarney nos disse que está engajado nessa luta. Ele lembrou que foi no governo dele que o Brasil reduziu a jornada de trabalho de 48 para 44 horas. Esperamos agora votar rapidamente o projeto na Câmara dos Deputados – contou o deputado.

Enquanto líderes sindicais falavam com o presidente do Senado, trabalhadores de todo o país participavam da manifestação em frente ao Congresso.